

Plano Clima de adaptação da agricultura familiar: uma primeira análise crítica

Climate Plan for the adaptation of family farming: a first critical analysis

Luziane Godoy Ribeiro

UTFPR. Pato Branco, PR, Brasil

Elida Martins Brum

UTFPR. Pato Branco, PR, Brasil

Marcio Gazolla

UTFPR. Pato Branco, PR, Brasil

GT 05. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar criticamente o Plano Setorial da Agricultura Familiar (PSAF), inserido no Plano Clima Adaptação 2024–2035, examinando o que foi proposto e alguns limites iniciais para efetivá-lo. A metodologia é análise do Plano Clima para a Agricultura Familiar (AF) à luz dos referenciais das mudanças climáticas e das políticas públicas para estes atores sociais. O PSAF possui três objetivos setoriais voltados ao acesso à terra, ao fortalecimento da agroecologia e à expansão do conhecimento técnico. Argumenta-se criticamente que o plano representa um avanço na política climática brasileira, mas há lacunas como: não possuir metas de mitigação climáticas, ser uma junção de ações de outras políticas já existentes, não se preocupar com os AFs mais vulneráveis, algumas ações podem aumentar os efeitos das mudanças climáticas e não toca no tema dos mercados para a AF.

Palavras-chave: Agricultura familiar; plano clima; mudanças climáticas; desenvolvimento sustentável.

Abstract: The objective of this work is to critically analyze the Sectoral Plan for Family Farming (PSAF), included in the Climate Adaptation Plan 2024–2035, examining what was proposed and some initial limitations to its implementation. The methodology is an analysis of the Climate Plan for Family Farming (AF) in light of the frameworks of climate change and public policies for these social actors. The PSAF has three sectoral objectives focused on access to land, strengthening agroecology, and expanding technical knowledge. It is critically argued that the plan represents progress in Brazilian climate policy, but there are gaps such as: not having climate mitigation targets, being a combination of actions from others existing policies, not addressing the most vulnerable family farms, some actions may increase effects of the climate change, and not addressing the issue of markets for family farms.

Keywords: Family farming; climate plan; climate change; sustainable development.

1. Introdução

O Plano Setorial da Agricultura Familiar (PSAF), integrante do Plano Clima Adaptação 2024–2035, é uma estratégia federal para incorporar a agenda climática aos espaços rurais, promovendo ações de sustentabilidade ambiental e adaptação da AF. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o plano valoriza a segurança alimentar, da conservação da biodiversidade e a proteção das populações rurais diante às mudanças climáticas (Brasil, 2026).

O objetivo do trabalho é analisar criticamente o Plano Setorial da Agricultura Familiar (PSAF), inserido no Plano Clima Adaptação 2024–2035, examinando o que foi proposto e alguns limites iniciais para efetivá-lo. A metodologia é análise do Plano Clima para a Agricultura Familiar (AF) à luz dos referenciais das mudanças climáticas e das políticas públicas para estes atores sociais.

2. Mudanças climáticas e políticas públicas

As mudanças climáticas constituem um fenômeno multidimensional que afeta o desenvolvimento sustentável, os sistemas produtivos e as populações. O IPCC (2023) estima que o aquecimento global já esteja em cerca de 1,1 °C acima dos níveis pré-industriais, com aumento da frequência de secas, ondas de calor e eventos extremos. Esses impactos afetam de forma desigual territórios e grupos sociais, ampliando vulnerabilidades históricas por exemplo dos agricultores familiares.

Diante desse contexto, a adaptação dos agricultores familiares exige ações estatais e políticas públicas articuladas, capazes de considerar as especificidades territoriais e sociais desses sujeitos. O PSAF foi formulado com esse propósito, buscando orientar estratégias de adaptação para a agricultura familiar e responder às vulnerabilidades enfrentadas por esses atores sociais.

3. Metodologia da pesquisa

Trata-se de uma análise documental, qualitativa e crítica do Plano Setorial da Agricultura Familiar (PSAF), inserido no Plano Clima Adaptação 2024–2035, à luz da literatura sobre mudanças climáticas e políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

4. Análise dos objetivos, metas e adequação do PSAF à realidade da agricultura familiar

O Plano Clima reconhece que a agricultura familiar é desproporcionalmente afetada por eventos extremos, como secas prolongadas e excesso de chuvas, em razão de sua maior dependência dos ciclos naturais e de sua menor capacidade financeira de resposta. Seus objetivos centrais articulam-se ao fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER), com foco na agroecologia, na gestão e no incentivo a sistemas produtivos mais sustentáveis. No entanto, apesar de representar um avanço, o documento apresenta limitações que podem comprometer seus resultados no longo prazo. Neste trabalho, discute-se inicialmente cinco pontos críticos do PSAF.

4.1 Foco exclusivo na adaptação climática

A primeira lacuna identificada reside no foco quase exclusivo do plano na adaptação. Embora a agricultura familiar sofra intensamente com as mudanças climáticas, ela também emite gases de efeito estufa (GEE) por meio de práticas como uso de fertilizantes e pecuária extensiva. Ao não estabelecer metas claras de mitigação, como redução de CO₂, o plano ignora o potencial da agricultura familiar para contribuir com as metas brasileiras no Acordo de Paris. Dados do SEEG (2023), posicionam o setor agropecuário entre os principais emissores nacionais, reforçando a necessidade de estratégias de mitigação nos dois tipos de

agriculturas. A integração entre adaptação e mitigação é indispensável, pois práticas de baixo carbono podem reduzir emissões e aumentar a resiliência dos sistemas alimentares simultaneamente.

4.2 Plano fragmentado

Observa-se que o PSAF apresenta uma base fragmentada, ao reunir ações derivadas de outras políticas públicas pré-existentes. O documento cita várias iniciativas da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAB). Embora essa articulação possa ser positiva, a ausência de mecanismos específicos e de uma estrutura operacional própria reduz o potencial inovador do plano, que corre o risco de se limitar à sistematização de ações já existentes, sem oferecer uma resposta suficientemente robusta aos eventos climáticos extremos que afetam os AFs.

4.3 Contradições do PSAF

Há várias ações que ajudam a adaptar a AF as mudanças climáticas em curso e pode-se citar o estímulo a práticas agroecológicas, conservação da sociobiodiversidade, o uso de sementes crioulas, entre outras ações. Mas, por outro lado, o plano propõe ampliar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, persiste uma contradição: parte relevante das linhas e valores do crédito rural do PRONAF ainda financiam monoculturas por exemplo de milho e de soja, que utilizam intensamente combustíveis fósseis e insumos químicos, contribuindo para a emissão de GEEs. Como argumentam Gazolla e Schneider (2017), o PRONAF perdeu o enfoque exclusivo no AF e pequenos agroindústrias, ampliando os financiamentos para grandes cooperativas sem critérios rigorosos de sustentabilidade ambiental, o que reforça a dependência de um padrão produtivo modernizador e ambientalmente desequilibrado.

4.4 A invisibilidade dos pobres rurais

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019), cerca de 54% dos agricultores brasileiros pertencem ao Grupo B do PRONAF, sendo considerado AFs pobres. Trata-se de um dado alarmante, e que não parece como preocupação do PSAF. Esse é justamente o segmento mais fragilizado do AFs e com menor capacidade de investir em estratégias de adaptação. Shue (2014) argumenta sobre justiça climática ressaltando que as populações mais pobres são mais vulneráveis as mudanças do clima as que dispõem de menores condições recursos para recuperar-se após eventos extremos. Sem ações específicas para esse público, o plano corre o risco de beneficiar principalmente os agricultores em melhor situação socioeconômica, negligenciando a base mais vulnerável da população rural.

4.5 Construção de mercados como estratégia de mitigação climática

O plano negligencia a construção social de mercados como estratégia climática, restringindo-se ao escoamento da produção somente pelos mercados institucionais (PAA e PNAE) e vendas para as CEASAs. Souza et al (2025) argumentam que a construção social de mercados mais amplos, diversificados, autônomos e que o valor agregado gerado fica para os AFs podem servir como mitigadores das mudanças do clima. Além disso, mercados territoriais e de proximidade social como as cadeias curtas de abastecimento alimentar, geram rendas que ficam com os AFs, podem ser reinvestidas em conservação ambiental e da sociobiodiversidade, além de emitirem menos GEEs do que mercados longínquos (cadeias longas).

5. Considerações finais

O PSAF representa um avanço na política climática brasileira voltada à agricultura familiar, ao propor ações relacionadas ao acesso à terra, ao fortalecimento da agroecologia e à expansão de conhecimentos técnicos. No entanto, este trabalho argumenta criticamente que o plano apresenta lacunas significativas, como a inexistência de metas de mitigação climática, sua sobreposição com políticas já existentes, a insuficiente atenção aos agricultores familiares mais vulneráveis ações que podem até aumentar as emissões de GEEs, e a omissão de uma agenda consistente do tema para a construção social de mercados alimentares como mitigadores das mudanças do clima.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano setorial para adaptação à mudança do clima da agricultura familiar**. Brasília, DF: MDA, 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Sumário executivo do Plano Clima 2024-2035**. Brasília, DF: MMA, 2026.
- GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p.
- IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023.
- SEEG. **Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Relatório anual de emissões**. São Paulo: Observatório do Clima, 2023.
- SHUE, H. *Climate justice: vulnerability and protection*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SOUZA, A. L. de et al. **Mais e melhores mercados: sociobiodiversidade amazônica como vetor de mitigação climática**. In: GRUPO DE TRABALHO GT 11 - EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, 2025.